



(*) Documento assinado eletronicamente por **MARIA DE FÁTIMA RODRIGUES TRAVASSOS CORDEIRO** em 28 de Agosto de 2024 às 18:38 h conforme Art. 10, § 1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 e Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro. Autenticidade do documento pode ser verificada em <https://mpma.mp.br/autenticidade> utilizando-se: Número do documento: DECISÃO-CGMP-702024, Código de Validação: 19D2CE6DA5.



Corregedoria Geral do Ministério Público

DECISÃO-CGMP - 702024
(relativo ao Processo 158082024)
Código de validação: 19D2CE6DA5

PROCESSO DIGIDOC N. 15808/2024
INTERESSADOS: CARLOS HENRIQUE RODRIGUES VIEIRA E JOAQUIM RIBEIRO DE SOUZA JÚNIOR
ASSUNTO: PERMUTA DE PLANTÃO

Trata-se de Processo Administrativo, inaugurado a partir do OFC-57ªPJESPSLS-6PD – 682024, subscrito pelos Promotores de Justiça Joaquim Ribeiro de Souza Júnior, titular da 57ª Promotoria de Justiça Especializada do Termo Judiciário de São Luís, da Comarca da Ilha de São Luís, e Carlos Henrique Rodrigues Vieira, titular da 3ª Promotoria de Justiça Criminal de igual Termo Judiciário, por meio do qual realizam **permuta de plantões criminais dos períodos de 6 a 8 de outubro de 2024 e 8 a 10 de dezembro de 2024**, respectivamente.

É o relatório.

Estabelece o art. 6º da Resolução n. 04/2011-CPMP que “*é facultado aos Promotores de Justiça compensarem entre si períodos de plantão, desde que mediante acordo por escrito e comunicado, pelo substituto, com antecedência mínima de 48 horas, ao Procurador-Geral de Justiça, ao Corregedor-Geral do Ministério Público e às autoridades e instituições previstas no § 2º do artigo 8º desta Resolução*”. Na mesma esteira, dispõe o art. 8º do Ato Regulamentar n. 10/2020 que “*é facultado aos membros da mesma Regional permutarem entre si períodos de plantão, desde que comunicado com antecedência mínima de 5 (cinco) dias à Corregedoria Geral do Ministério Público, à qual declararão o compromisso de cumprir as providências descritas no parágrafo único deste artigo. Parágrafo único. Os Promotores de*



(*) Documento assinado eletronicamente por **MARIA DE FÁTIMA RODRIGUES TRAVASSOS CORDEIRO** em 28 de Agosto de 2024 às 18:38 h conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro. Autenticidade do documento pode ser verificada em <https://mpma.mp.br/autenticidade-utilizando-se>: Número do documento: DECISÃO-CGMP-702024, Código de Validação: 19D2CE6DA5.



Corregedoria Geral do Ministério Público

Justiça que realizarem a permuta comunicarão a alteração da escala, no mesmo prazo estabelecido no caput, aos Juízes e Secretarias Judiciais Plantonistas dos períodos correspondentes”.

O acordo de compensação de plantões proposto se amolda às normas acima dispostas.

Assim, **homologo a aludida alteração** e determino que sejam as informações publicadas no sítio do Ministério Público para ciência aos interessados.

São Luís, data e hora da assinatura eletrônica.

FH

assinado eletronicamente em 28/08/2024 às 18:38 h ()*

MARIA DE FÁTIMA RODRIGUES TRAVASSOS CORDEIRO
CORREGEDORA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO